

GÊNESE DA REFORMA QUE NÃO HOUE

(Do Relatório Meira Mattos às Associações dos Professores)

Um retrospecto do plano de reformas da universidade brasileira, intentado pelo Sistema de Poder que se instalou no Brasil, a partir de 1964, constitui tarefa de relevância prática. Permite analisar aspectos de uma conjuntura que marcou decisivamente o trabalho intelectual no país; ajuda a compreender os acontecimentos sangrentos de fins da década de 1960, os quais atingiram mortalmente centenas de jovens in conformados; instrui sobre o caráter de outrora decantado milagre brasileiro, revelando, pela radiografia da face, o seu verdadeiro corpo.

Essa visão histórica, na medida em que desnuda os objetivos corpóreos da reforma, revela os seus fins políticos, e mais ainda, os seus alvos político-partidários. Referimo-nos ao partido dos conservadores, das fracções dominantes, da regressão. E que forma de partidarismo existe mais genuína que esta? Ao desvendar a gênese do projeto de reforma universitária, o ensaio desvenda, igualmente, a ideologia do Sistema de Poder, que hoje vive o seu ocaso. Trata-se de uma ideologia limitada, de discutível racionalidade, a refletir os estreitos limites das classes que a geraram e dos segmentos que a sustentam.

O retrospecto, por outro lado, contribui para evidenciar a debilidade político-ideológica das forças que se opuseram ao projeto de reforma universitária, particularmente daqueles setores que mais de perto conviviam e seriam atingidos pelos seus efeitos: os legisladores e administradores da educação, os professores e os estudantes. Sem esquecer que a fraqueza dessas forças não é congênita, mas decorre de circunstâncias econômicas, políticas e sociais, é forçoso reconhecer que a vitória dos regressistas deveu-se, em parte, aos erros dos progressistas.

Sumariamente, pretendemos demonstrar que, no campo específico em que se desenrolou o processo da reforma, três segmentos opunham-se aos rumos que lhe pretendia imprimir o Sistema do Poder: 1) os legisladores e administradores, presentes no Conselho Federal de Educação e nas universidades, 2) os professores e pesquisadores, 3) os estudantes. Esses grupos que contavam com a simpatia tácita de expressivos contingentes da Nação (sociedade civil), foram, em parte, derrotados, dentre outras causas estruturais: a) pela incapacidade de organização e articulação que evidenciaram, na prática, b) pela incapacidade de elaboração e expansão de ideologia, c) pelas contradições e divisões internas que, por limitações políticas, não foram capazes de superar.

A falência da reforma imposta pelo Sistema de Poder, que hoje testemunhamos, conforme, historicamente, a razão dos que a ela se opuseram, há dez anos. Mas essa constatação nenhum significado político terá enquanto não sejamos capazes de avaliar a natureza dos erros cometidos, no passado; enquanto não estejamos aptos a encontrar alternativas ideológicas e políticas que nos permitam aproveitar a aliada natural - a história, no sentido de transformá-la, conscientemente, em instrumento de avanço e de conquista.

Procuraremos, empiricamente, defender as nossas hipóteses com a extração e interpretação de dados constantes em alguns documentos e depoimentos. A posição do Sistema do Poder pode ser localizada no Relatório Meira Mattos, elaborado pela Comissão Especial criada pelo Decreto 62.024, de 29 de dezembro de 1967 e constituída pelo General Carlos Meira Mattos, pelos professores Hélio Gomes e Jorge Boaventura, pelo promotor Agapito da Veiga e pelo Coronel Waldir de Vasconcelos, e publicado no "Diário Oficial - Seção I - Parte 1, Suplemento ao nº 168, "a 30 de agosto de 1968. E ainda no Relatório Ateon, ou melhor, no ensaio "Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira", de Rudolph P. Ateon, encomendado e publicado pela Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, em 1966.

A posição dos legisladores e administradores universitários, contrários à reforma proposta, cujas linhas centrais transpiram, inclusive, dos relatórios oficiais citados, pode ser apreendida nos trabalhos apresentados ao Seminário sobre Ensino Universitário, promovido pelo Conselho Federal de Educação, em novembro de 1966, e publicado como separata do DOCUMENTA 64, em dezembro. Os estudantes expressaram o seu ponto de vista em várias publicações e aqui tomamos, como paradigma, o Caderno Universitário 2, do Diretório Central de Estudantes, da União Fluminense de Estudantes, que divulga os resultados do Seminário sobre Reforma Universitária, promovido pela União Nacional de Estudantes, sob o título "A Universidade e a Reforma Universitária - Teoria e Prática da Política Educacional do Governo", 1968. A posição dos professores será avaliada através de observação-participante.

O Relatório Meira Mattos reclama uma reforma radical na educação brasileira, a qual deveria atingir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Conselho Federal de Educação, com o objetivo de ajustá-lo "à nova função normativa geral que lhe atribui a Reforma Administrativa" (Lei 200, de 1967). Essa reforma radical, contudo, é metafórica pois, na verdade, o projeto proposto, excluindo-se os seus aspectos administrativos, representa significativo recuo na história da educação brasileira.

O Projeto Meira Mattos insiste na "unadequabilidade estrutural do Ministério da Educação e Cultura", usando lugar comum, remuneração do professorado; queixa-se da escassez de vagas no ensino superior; divaga, com superficialidade, sobre assuntos diversos, como o relativo à concessão de autorização para funcionamento de universidades e escolas superiores. Aqui, mais outra manifestação de retrocesso: faz-se tábula rasa de todo um longo processo de pesquisas e experiências, obtidas no campo da educação brasileira; ignoram-se os quadros de técnicos e especialistas existentes no interior do próprio sistema educacional. Em troca de que? Da opinião de militares e juristas, sem a devida qualificação em matéria educacional.

O Relatório Meira Mattos, do ponto de vista ideológico e político, representa novidade, expressando, com representatividade, no campo educacional, os interesses dos setores empresariais que, teoricamente, o credenciam. Destaca especialmente "a função instrumental da Educação, bastante enfatizada no Programa Estratégico, num evidente esforço de inculcar-lhe, em todos os níveis e ramos especializados, o sentido da objetividade prática. Desdobra-se, esse conceito pragmático, em várias conotações instrumentais - instrumento de aceleração do Desenvolvimento, instrumento de progresso social e instrumento de expansão de oportunidades, tudo convergindo para a finalidade de vincular a Educação aos imperativos do progresso técnico, econômico e social do país" (grifo nosso).

Ao objetivismo pragmatista, universalmente presente nas etapas de demarcação capitalista, soma-se o desejo de suprir o espaço político-social com a introdução de uma ideologia democrática. E assim, afirma o Relatório: "Do ponto de vista desta Comissão Especial faltou apenas, ao Programa Estratégico (do Governo), dar maior ênfase à Educação como instrumento de formação de uma lúcida e esclarecida mentalidade democrática, visando a projetar na Educação a fé nos valores espirituais e morais da nacionalidade" (grifo nosso).

O conceito de democracia, utilizado pela Comissão, assume conotação singular, cuja análise exigiria espaço maior. Ao invés de restringirmo-nos ao debate conceitual - formalista e inútil-, preferimos remeter o leitor à prática do partido que a Comissão representa: a sua prática democrática é a prática do Sistema do Poder implantado em 1964, sobejamente conhecida.

Alguns pontos básicos destacam-se no Relatório e são considerados, pelos seus autores, como os pontos críticos do sistema educacional, "que interferem direta ou indiretamente com as aspirações legítimas da juventude estudantil". Ei-los: 1) o clima de falência da auto

ridade, exigindo a recondução das escolas superiores ao regime da ordem administrativa e disciplinar, 2) o conceito equívoco de autonomia universitária e de liberdade de cátedra, 3) a inexistência de uma liderança estudantil democrática, autêntica e combativa, consciente de suas responsabilidades para com o país e apta a lutar por idéias próprias, por objetivos legítimos.

A crise da autoridade, na visão jurídico-formalista da Comissão, incapaz, sequer, de situar o sistema educacional no conjunto da sociedade brasileira, decorreria "da soma de poderes concedidos ao Conselho Federal de Educação. Ante a inércia do Conselho, do qual participam Reitores de Universidades, Professores e Diretores de Escolas - abusos de toda ordem podem ser cometidos, quer pelo corpo discente, como pelo docente".

O Relatório sugere, então, que sejam atribuídas ao Presidente da República as nomeações de Reitores e Diretores de estabelecimentos de ensino superior, independentemente da indicação das respectivas Universidades e Congregações. Deseja, igualmente, que os Reitores e Diretores sejam pessoalmente responsáveis pela disciplina dos órgãos que dirigem, sem que essa responsabilidade se dilua na necessidade de referendo dos Conselhos e Congregações.

Pretende-se, com tais medidas, um regime de centralização e concentração de poder, à moda imperial. Essa concepção bismarckiana completa-se com a sugestão de assegurar-se, nas universidades, "uma estrutura racional e equilibrada, sem estrangulamentos nem evasões", capaz de assegurar a dinâmica do fluxo administrativo nos sentidos horizontal e vertical. "A estrutura do sistema deve conter o menor número possível de níveis de chefia, e formar a cadeia de comando mais curta possível", pontifica o Relatório, apoiando-se nos juízos dos professores americanos de Administração de Empresas Richard Johnson, Fremont Kast, James Rosenweld e Peter Drucker.

Quanto à liberdade de cátedra, a Comissão defende a tese de que ela correspondeu à conjuntura do século XIX e teria sido inerente à liberdade intelectual, "no sentido de não poder o Estado obrigar o professor a esposar teorias ou defender crenças a ele impostas". Mas a liberdade de cátedra - destaca o Relatório -, implicou na "licença ou no privilégio". Entende conseqüentemente que a "liberdade de cátedra ficaria vinculada à liberdade de ensinar a matéria segundo os conhecimentos e as opiniões que o professor houver indicado no seu plano de trabalho, com a aprovação do órgão superior..., constituindo isso facto - falta funcional disciplinarmente punível, a utilização da cátedra para infringir as disposições legais, no referente à ordem social e às bases democráticas" (grifo nosso).

Conjugando tais limitações com a nova estrutura administrativa proposta - centralizada, personalizada, de lealdade feudal-, sujeitar-se-ia a liberdade do ensino à vontade de uma burocracia servil ao Sistema do Poder. Mas a Comissão não se inibe e vai encontrar fundamentos históricos para as restrições que propõe, afirmando: "... O que se vem observando em nosso país, é a inocuidade do dispositivo constitucional protetor da democracia e da moralidade, pois, o sistema implantado pela Lei de Diretrizes e Bases pressupõe, da parte dos que devem cumpri-la, uma consciência perfeita de deveres e obrigações, atributo esse inexistente em vários setores do complexo educacional brasileiro. Não há como, praticamente, no contexto da legislação citada, fiscalizar-se as pregações em aulas, anti-democráticas e contra a moral, e em conseqüências coibir-se os abusos dela decorrentes" (grifo nosso).

Eis a Lei de Diretrizes e Bases, de nítida inspiração conservadora, transformada em instrumento de subversão. Eis a Lei, de inspiração liberal burguesa (denunciada como retrógrada, à época em que foi aprovada, pelos intelectuais e professores progressistas), convertida em instrumento deletério à ordem social.

Mas onde se descobre, sem véus, o partidarismo do Relatório Meira Mattos, onde se descobre a sua essência, é no capítulo atinente ao movimento estudantil. "Em termos ideológicos e políticos inexiste uma liderança estudantil democrática, autêntica, combativa, apta a lutar por idéias próprias, por objetivos legítimos. A grande maioria dos estudantes, mesmo nos grandes centros do Rio de Janeiro e São Paulo, se declara antiesquerdista (72% mais ou menos, segundo pesquisa recente do IBOPE). Entretanto, essa arrazadora maioria não encontra uma liderança capaz de transformar as suas idéias, os seus interesses, em instrumento de afirmação e de luta nos setores estudantis".

Apoiando-se numa estatística que o tempo se encarregou de desmentir, prossegue Meira Mattos: "Entre os 23% que se dizem esquerdistas, há os imaturos, em maior número, cujos impulsos de simpatia pela esquerda ainda não se transformaram em posição ideológica. Desses, apenas 10%, se tanto, e tão somente nos grandes centros do Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília, representam uma minoria politizada". Esclarecendo que essa minoria conta com a ajuda de alguns professores e com o apoio de grande parte da imprensa, que faz a projeção dos seus líderes e a propaganda das suas idéias, denuncia a existência de organizações espúrias, como a UNE, para cujo funcionamento "hareitores e diretores que fecham os olhos, dentro das próprias escolas".

Depois de analisar as tendências extremistas do movimento estudantil (PC de linha soviética, PC de linha chino-cubana e Ação Popu

lar, orientada e protegida pelo chamado clero progressista), o Relatório chama a atenção para as tentativas de um movimento estudantil, denominado "Decisão", "bastante expressivo no Rio Grande do Sul, e com algumas simpatias entre grupos de estudantes mineiros, paranaenses, cariocas, pernambucanos e paraenses".

Em seguida, a Comissão indica algumas recomendações destinadas a salvar a democracia: a) formação de uma liderança estudantil democrática, criando-se mensagem cheia de conteúdo ideológico e prático, voltada para o desenvolvimento nacional, para o aperfeiçoamento do sistema escolar, para o lançamento do Brasil na corrida cientista (sic) e tecnológica, tudo com um conteúdo de fé nas soluções democráticas; b) auxílio a essa liderança democrática por órgãos oficiais, como o DEE e a CASES, do Ministério da Educação; pela iniciativa privada, através do MUDS e de outras organizações interessadas diretamente na formação de lideranças profissionais não comprometidas com a esquerda.

Segundo o Relatório, "o problema da criação das lideranças, se bem equacionado, poderá ser resolvido através de cursos de curta duração (8 a 10 aulas), para selecionar os líderes de primeiro plano e fornecer líderes intermediários, e cursos de maior duração (30 a 60 aulas) para consolidar o líder selecionado no anterior. Ao mesmo tempo em que esses cursos estiverem em marcha, poderá se iniciar um esforço para o fortalecimento e ampliação do movimento "Decisão". Os novos líderes formados nos cursos irão progressivamente se incorporando à luta do "Decisão".

Nesta parte, revelando espantoso desconhecimento da mais elementar sociologia da liderança política, a Comissão aparece como digna precursora dos projetos das lideranças biônicas, que despontarão mais tarde, visando a criar mecanismos artificiais para a preservação de um poder ameaçado. Só que em 1978 o Sistema do Poder já perdera muito da ingenuidade original, ganhando, no entanto, em raposice...

Last no least, opinando sobre a conveniência da abertura das entidades estudantis, enclausuradas desde o golpe, Meira Mattos encerra, com chave de ouro, o seu torneio: "À base da análise que fizemos, sobre a desorganização e desarticulação das lideranças democráticas, - chegamos à conclusão de que será uma temeridade, agora, restabelecer-se os órgãos de âmbito nacional e estadual. Isto porque esses órgãos, de imensa força na condução dos movimentos estudantis, cairão fatalmente nas mãos das minorias esquerdistas melhor organizadas e adestradas, possuidoras de uma eficiente tática de ação. Entretanto, uma vez adquirido o prestígio o movimento estudantil democrático (sic), após postas em prática as medidas aconselhadas no item anterior, prestígio este carac

terizado pela conquista da maioria dos DCE e DA, seria razoável reestudar-se o atendimento de tal reivindicação". (grifo nosso)

Não se sabe o que mais admirar neste fecho: se a demonstração de força ou se o nobre propósito de só permitir que o leão saia à arena quando estiver com os olhos furados e os dentes quebrados, para enfrentar o gladiador favorito.

Antecedendo de dois anos o seu congênere Meira Mattos, o Relatório Atcon com ele disputa no mesmo terreno de um imediatismo primário. Até 1964, via de regra, os relatórios oficiais do Ministério da Educação primavam pelo estilo gramatical castigo, pela forma jurídica e pelo conteúdo filosófico idealista, a identificar os seus autores beletistas e bacharéis. Depois de 64, os pareceres técnicos do órgão destacam-se pelo tom de aparente eficácia e pragmatismo, esforçando-se por corresponder ao "novo espírito empresarial" que apadrinha o Sistema de Poder. Não conseguem esconder - como atestam os relatórios Meira Mattos e Atcon-, um caráter pouco convincente, a dar idéia do aluno que recita a lição mal aprendida.

Mais pretensioso e mantendo a mesma linha assumida por ocasião da proposta para a reforma da universidade latino-americana que apresentara, em 1958, à Universidade de Princeton, às expensas do Governo americano, o professor Rudolph T. Atcon (experimentado reformador, dentre outras, das universidades de Honduras e Caribe), inicia o seu trabalho sobre a universidade brasileira com um Prolegomena filosófico.

Neste prolegomena considera que "o primeiro, primeiríssimo princípio da reforma deverá ser o de tomar em conta o fenômeno quantitativo com que se defronta o ensino superior". Os cinco outros princípios referem-se 2) ao declínio qualitativo do ensino, 3) à necessidade do máximo rendimento com a menor inversão, 4) à correspondência entre ensino recebido, conhecimentos adquiridos e exercício profissional, 5) à implementação de sistema educacional baseado em "valores reais" e não "meramente utilitários", 6) à afirmação de que a nova estrutura tem de corresponder não só às necessidades do presente, como também às do futuro.

Modelo alternativo para o Sistema de Poder, no campo universitário, atento às relações internacionais de dependência e liberal no que respeita ao regime político nacional, até certo ponto, Atcon destaca que "o grande equívoco das iniciativas de planejamento e assistência técnica dos últimos 20 anos tem sido o de supor que o problema do desenvolvimento econômico-social pode ser atacado unilateralmente, através da inversão de capitais, construção de fábricas e de incremento ge

ral dos meios de produção. Sem o avanço paralelo de uma adequada preparação dos recursos humanos na mesma comunidade, todos os mencionados esforços resultarão truncados e, muitas vezes, totalmente inutilizados".

Acentuando a falência do professorado, que não soube impor à sociedade a idéia de que é o produto humano e não o produto material o que finalmente decidirá entre o desenvolvimento e a educação, Atcon in surge-se contra o excessivo libetarismo dos estudantes, concluindo, com Meira Mattos, que a disciplina e a autoridade "são os dois requisitos-prévios que mais fazem falta na educação moderna... Não há um apreço real pelo conhecimento em si, nem respeito pelas autoridades que o re presentam". E a impossibilidade de se alcançar espontaneamente as ati tudes de disciplina e respeito, acrescenta Atcon, agravada pela explo são demográfica, "com o surgimento de vastas populações sem conhecimen tos gerais, e sem auto-disciplina" levam a reconhecer que "forçosamente exige novos mecanismos para conseguir os mesmos antigos fins de uma real educação". (grifo nosso).

Se o autoritarismo implícitos e justificado nessa descrença, aproxima Atcon de Meira Mattos, o seu modelo de reformulação da universidade é diferente e será, em parte, aceito pelo Sistema de Poder. Es sa aparente contradição entre os dois modelos reflete uma contradição maior, que estará presente no envolver do processo de afirmação do re gime autoritário brasileiro: como compatibilizar o autoritarismo mili tar incontrolável, com as necessidades da expansão do capitalismo in ternacional, a exigirem uma economia de mercado livre, previsível e con trolável?

Se Meira Mattos participa da ocupação de São Domingos, em no me do Governo que representa, em claro gesto de apoio ao imperialismo norte-americano, é Meira Mattos, igualmente, quem estará à frente das tropas que fecharam o Congresso Nacional, no governo Costa e Silva. Tais atitudes, aparentemente coerentes, não deixam de ser contraprodu centes, tendo-se em vista a especificidade do campo educacional e o al cance político da reforma universitária.

Expressando alternativa mais próxima às aspirações do Depar tamento do Estado norte-americano que do Pentágono, por exemplo, Atcon sugere que a reformulação institucional consistiria na ampliação e con solidação da autonomia universitária, embora "a própria universidade, antes que a autonomia seja implantada, deva sofrer modificações admi nistrativas para desenvolver mecanismos de controles internos, que lhe permitiriam exercer, com juízo e segurança, uma independência acadêmi ca e financeira que no momento não existe, por estar tudo controlado, em última instância, pelo Poder Executivo do Estado.

A partir deste fio de pensamento é que Atcon afirmará que "a primeira, primeiríssima, tarefa da reformulação universitária tem que ser a de desvincular seu pessoal docente e administrativo dos cânones do serviço público, com uma completa revisão da política salarial. E defende a idéia da implantação, nas universidades, de um sistema administrativo tipo empresa privada, com a direção recrutada na comunidade empresarial e atuando sob sistema de administração gerencial, desvinculada do corpo técnico-científico.

Deixando para expor mais adiante o ponto de vista dos estudantes em relação ao assunto - e à ligação Universidade/imperialismo - caberia chamar a atenção para a frieza com que Atcon e seu relatório foram recebidos pelas chamadas grandes universidades brasileiras, particularmente as do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília. No Rio, lamenta-se Atcon, "apesar de boas amizades e de numerosos contatos pessoais com seus dirigentes, não logrei transpor aquela cortina de formalismo e suscetibilidades", e em Brasília, a sua visita nem chegou a concretizar-se, "não por obstáculos físicos insuperáveis, senão por falta de um ambiente favorável a tal iniciativa".

IV

As posições do Conselho Federal de Educação e dos administradores das universidades, embora não sejam homogêneas, variando de acordo com os comprometimentos político-ideológicos e os interesses múltiplos dos seus representantes, identificam-se no que diz respeito ao esforço de preservação de poder no sistema universitário tradicional e do seu corolário, a autonomia universitária.

Deparamos com outra situação complexa que nem sempre foi bem compreendida pelos setores progressistas universitários e pelas lideranças estudantis. Os apelos de reforma radical e profunda reestruturação do sistema de ensino ou de concessão de maiores vantagens salariais para os professores, levantados por Meira Mattos e Atcon, calam fundo em expressivos contingentes da vida escolar brasileira, que sofrem na carne as distorções do sistema, em que o Ministério e o Conselho tem parcela de responsabilidade. A inexistência de um projeto alternativo, realmente inovador, a impossibilidade da sua comunicação ampla à sociedade civil, vão aparecer como sérios obstáculos para o avanço político dos setores progressistas.

Nesta fase inicial do processo de reforma da universidade, os legisladores e os administradores da educação nacional dividiam-se, particularmente, no concernente à predominância do privado ou do público, na condução dos negócios educacionais. No entanto, mesmo os conselhei-

ros e os reitores que, por "representarem" o empresariado, reivindicavam a imposição da orientação privatista, na distribuição das verbas ou na orientação legislativa, mantinham-se irredutíveis na defesa das prerrogativas da sua "comunidade" e contra eles voltavam-se as críticas da Comissão Meira Mattos.

Seja em virtude da composição do Conselho Federal de Educação, que refletia - situação política anterior a 1964, seja pelas alianças político-militares que tiveram vigência até o final da década, percebe-se claramente, nesta fase preparatória, a adoção de uma linha conciliatória, em suas relações com o Sistema de Poder, por parte dos conselheiros e dos reitores. Esse ânimo conciliador que, por razões elementares de sobrevivência, talvez, contagia inclusive os elementos mais avançados da constelação do poder educacional, constituir-se-á num dos fatores impeditivos da formação de coalizão entre autoridades, professores e estudantes, capaz de imprimir novos rumos ao plano de reforma. Essa hipótese mais se confirma quando consideramos a existência de uma conjuntura político-militar indefinida, aberta a certas opções.

De qualquer forma, - ainda que a repressão tenha se voltado contra alguns conciliadores, atingindo, pela aposentadoria ou pela cassação, conselheiros e reitores que tiveram atuação destacada na conjuntura -, parece plausível que a tática da conciliação, consciente ou inconscientemente assumida, atuando junto à cúpula do Sistema do Poder, tenha sido, mais que a opinião pública, responsável pela relativa frustração do projeto Meira Mattos.

No Seminário sobre o Ensino Universitário, promovido pelo Conselho Federal de Educação, em 1966, Durmeval Trigueiro Mendes, um dos mais destacados membros do segmento que se opunha à reforma governamental, no relatório sobre o "Governo da Universidade" defendia a transformação das universidades federais em fundações, alinhando-se com Atcon e inspirando-se em educadores como Clark Kerr. Defendia, no entanto, com o apoio quase unânime do Conselho, a autonomia universitária.

"Por que é a instituição universitária, tomada globalmente, e nenhuma Autoridade, ou Casta, ou Idéia, dentro dela, o sujeito do poder?", perguntava em seu parecer de inspiração dialética e idealista. "Porque a autonomia é a do espírito, em sua totalidade concreta e dinâmica, manifesta na plenitude de cada momento histórico... De certa forma, a sociedade se defende de si mesma, quando assegura autonomia a uma instituição que a integra, o que constitui o fundamento de sua ambiguidade. Através da Universidade, a sua transcendência se defende de sua contingência, a sua verdade, de sua institucionalidade. Essa considera

ção é suficiente para justificar em que grau, e por que razões a Universidade é intocável... Por ser a razão que governa a Universidade, a sua lei é a autonomia intelectual: na estrutura do poder e na estrutura didática. Por isso mesmo, se o auto-governo é o apanágio da democracia, nenhuma comunidade se aproxima tanto desse ideal, quanto a Universidade".

Concepções filosóficas como estas, alheias ao incipiente complexo empresarial-militar e educacional que ascende e distantes das aspirações dos segmentos estudantis e intelectuais avançados, não empolgam e tampouco correspondem às linhas de um projeto racionalmente eficaz de oposição aos planos educacionais do Sistema do Poder. A filosofia, por melhor que ela seja, não substitui a política real, isto é, a necessidade da correta avaliação do conjunto das forças sociais, num momento determinado, visando a interferir na realidade.

A defesa da transformação das universidades em fundações, por exemplo, um dos objetivos expressos nos relatórios Meira Mattos e Atcon encetada num momento em que a opinião universitária lutava para preservar as conquistas do passado, sem desvios ou concessões fundamentais, representava erro político imperdoável, mesmo que por detrás da defesa da idéia da fundação estivesse presente um princípio filosófico de foro íntimo.

V

O que pensavam, exatamente, os estudantes sobre a transformação das universidades em fundações? Documento elaborado pela UNE afirma: "A transformação da universidade em fundação pressupõe a existência de uma firme estrutura capitalista, na qual as empresas se sentirão em condições de investir em projetos de educação superior que lhes forneçam quadros técnicos que se fazem necessários. Esse, no entanto, não é de modo algum o caso do capitalismo brasileiro, denominado pelo imperialismo. Assim, a transformação da Universidade em fundação significa a entrega da Universidade ao Imperialismo, pois só os grupos monopolistas do capital internacional terão condições de manter e orientar as universidades transformadas em fundações, levando à progressiva privatização, do ensino superior. Como consequência, teremos o enquadramento da estrutura educacional superior do país numa forma de organização em que ela dependerá materialmente dos grupos privados não nacionais, imperialistas, que, em última análise, a dirigirão".

Assim, aprofundava-se o fosso que separava os conselheiros e reitores da massa estudantil, mobilizada, em posição radical contra o projeto. A ambiguidade e ao espírito gratuito e instintivo de conciliação dos primeiros, que visavam a preservar uma estrutura na qual exerciam mando, opunha-se o sectarismo radical dos estudantes, que viam a

cabeça protegida do dragão, mas não enxergavam os contornos do seu corpo, e tampouco sabiam onde se localizava o ponto letal, a ser golpeado. Os golpes a esmo acabariam por assustar o dragão e, o que é pior, os aliados na empreitada de morte do dragão.

Os estudantes, percebendo a debilidade do seu movimento, isolado e radical, sujeitavam-se e eram vítimas do erro da retórica ultraradical, que consiste, como bem lembrava Florestan Fernandes, há pouco tempo, "em reforçar o poder conservador e internalizar a repressão institucionalizada". Isolavam-se, por outro lado, dos professores que bem poderiam dirimir o risco, preenchendo "funções pedagógicas desmistificadoras no momento político conveniente". (Ver "Ciências Sociais Hoje", publicação da Associação Nacional de Ciências Sociais e da Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia, Salvador, 1978. pág. 15).

Em seu diagnóstico da situação brasileira, os estudantes viam o projeto governamental como decorrência das transformações da ordem econômica, social e político-ideológica que possibilitaram ao imperialismo, com o golpe militarista de 64, manter e ampliar os seus interesses no Brasil. Garantindo os seus investimentos, o imperialismo "procurava abranger uma sólida estrutura de dominação que, manifestando-se, no campo educacional, trouxe em si toda uma aplicação de métodos, perspectivas e objetivação de controle dessa área (vital para o imperialismo e sua ideologia de dominação), num esquema geral de subordinação".

Entendiam os estudantes que "os atos institucionais, a lei anti-greve, as cassações arbitrárias de mandatos populares, as negociações da AMFORP e o ferro velho das companhias imperialistas, a revogação da lei de remessa de lucros, a exigência de atestado de ideologia, as torturas e o fechamento de entidades representativas, sindicais e estudantis, a Lei de Garantia de Investimentos para o capital estrangeiro, são alguns aspectos que atestaram o início das transformações que iriam culminar com a entrega de nossas riquezas ao imperialismo e, como atitude interna da ditadura, a nova Constituição de março de 1967, acompanhada da nova Lei de Segurança Nacional".

Uma das falhas dessa interpretação consiste na subestimação, dos fatores internos e no descaramento da análise das tensões entre as classes, os segmentos e os grupos sociais, nacionalmente situados. A percepção correta da ação imperialista, extremada, levou os analistas universitários a omitirem os fatores conjunturais internos, presentes na vida educacional, e cuja compreensão seria da maior importância na ampliação da luta política, a setores mais amplos da Nação, contra o projeto autoritário de reforma universitária".

Ao indagarem-se sobre o que fazer, os estudantes rebelavam consciência de suas limitações; explicitavam não considerar justo limitar a sua ação aos grupos internos, nas universidades, e julgavam necesário levar a questão a toda a sociedade, procurando uma solução conjunta. Declaravam ser impossível contestar, sózinhos, ou impedir a implantação da "reforma" universitária, desde que ela obedecia a necessidade estruturais e estava vinculada a um processo de dominação e subordinação imperialista.

O seu realismo político, contudo, não consegue fugir a generalizações que não atraem apoio, não mobilizam nem unem, mas estreitam os círculos prováveis da aliança ou da frente. Milhares de brasileiros que se opunham às deficiências do sistema educacional e não desejavam uma reforma autoritária e alienadora, não aceitavam, no entanto, o anelo retórico estudantil de mudança estrutural da sociedade. Os apriorismos genéricos em política, mais uma vez, demonstraram ser uma péssima tática e uma pedagogia às avessas, em virtude da subestimação da capacidade alheia e da descrença nos efeitos da praxis, que pressunõem.

Os estudantes acentuam que "uma visão global da problemática torna-se imprescindível para uma luta mais consequente: na realidade, - não adianta protestarmos contra o imperialismo e sua atuação internacionalista,... se não compreendemos e analisamos sua atuação em relação a nós próprios. Acreditamos necessário um profundo estudo de nossa realidade para tornar-se mais consequente a nossa luta. Partir de cima para baixo tornaria artificial nossa luta".

Percebem, como se vê, a importância da análise do particular e do concreto, para o justo encaminhamento da prática política, e mostram clara compreensão dos níveis específicos e relativamente autônomos em que se decompõe a realidade social. Embora limitados pela descontinuidade de sua ação e pela transitoriedade do seu estado social, aceitam realisticamente que a sua tarefa prende-se à organização de um setor da sociiedade brasileira, em torno do qual gira a própria universidade: as classes médias. "Organizando-nos, orientando a luta desse setor estaremos em condições de participar e contribuir com uma parcela de esforços numa luta mais profunda e importante".

Mesmo que se possa considerar ambiciosa essa perspectiva de atuação do estudantado, diretamente, sobre as classes; ainda que se oponham restrições ao seu radicalismo, as análises estudantis estão a evidenciar, do ponto de vista sociológico, de entendimento da realidade, uma visão bastante superior à contida nos relatórios Meira Mattos e Atcon. Sem se falar, é claro, na amplitude do seu horizonte político.

Os professores universitários são o grande omissos neste processo; foram o coletivo ausente. Não se fazem sentir como força coletiva e organizada; conseqüentemente, não influem sob a única forma em que poderiam influir; como a coletividade.

No entanto, os professores são personagens indefectíveis dos programas reformistas e aparecem em todos os seus atos. No Relatório Meira Mattos, ora surgem como assalariados mal pagos, merecedores de reparação financeira, ora como instigadores subversivos de alunos, ora como elementos ociosos ou relapsos no cumprimento dos deveres contratuais. No Relatório Atcon, destacam-se como primeiríssima prioridade...

Os desejos de manifestar-se, no entanto, foi uma constante, comprovada pela sua presença em assembléias e atos públicos que, esporadicamente, com intensidade crescente, ocorreram, no período considerado. Aqui mesmo na PUC gravou-se indelevelmente na memória dos participantes, a lembrança de grande e entusiástica assembléia em que os professores lotaram um dos auditórios do Centro de Ciências Sociais, reclamando liberdade e participação.

Eventos semelhantes reperiraram-se por quase todo o país, contribuindo, inclusive, para a aposentadoria compulsória de dezenas de docentes e pesquisadores, em todos os níveis educacionais, por ocasião da onda repressiva que cobriu a universidade, após o Ato Institucional nº 5, em 1969. Mas, de maneira geral, a atitude do professorado foi uma atitude individual; não tivemos um projeto alternativo, progressista, de reforma universitária e não nos organizamos efetivamente, de forma a poder elaborar projeto coletivo, nascido da mais válida das experiências, no terreno universitário, que é a nossa.

Na verdade (e infelizmente), não influímos no movimento estudantil, na medida das nossas possibilidades, como, para honra que não merecemos, pretendeu o general Meira Mattos. Muito menos, como supuseram, lutas para preservar "licenças e privilégios", que, aliás, nunca tivemos, em toda a história brasileira. Desde o Império, nós professores, sempre pagamos caro quando afirmávamos a nossa liberdade de cátedra e propalávamos as idéias políticas e sociais progressistas que mantínhamos. De Benjamin Constant a Hermes Lima estão aí dezenas de testemunhos, a juntarem-se, mais recentemente, aos exemplos de centenas de colegas exilados, presos, banidos, cassados.

Comemora-se agora o décimo aniversário de uma reforma universitária que, na verdade, não houve. Existe, no máximo, uma máquina soi disant educacional e uma lei 5.540, a Lei do Veto, com seus 59 artigos e 45 vetos.

Comemoramos, igualmente, o primeiro aniversário da Associação de Docentes da PUC e de mais uma dúzia e meia de associações de professores, que se alastram pelo país e que, mais que uma promessa, são uma certeza de que, hoje, estamos criando condições para frutíferas avaliações críticas.

Avaliações históricas que não haverão de constituir mais uma memória para ser lida no Instituto Histórico, na presença do Imperador.

José Nilo Tavares

(Trabalho elaborado para o Seminário Sobre Reforma Universitária, organizado pelos professores da PUC do Rio, em novembro de 1978).